

**PLANO DE**

**GOVERNO**



GOVERNADOR

**45**

**PEDRO**

CUNHA LIMA

VICE **DOMICIANO**

COLIGAÇÃO CORAGEM PRA MUDAR

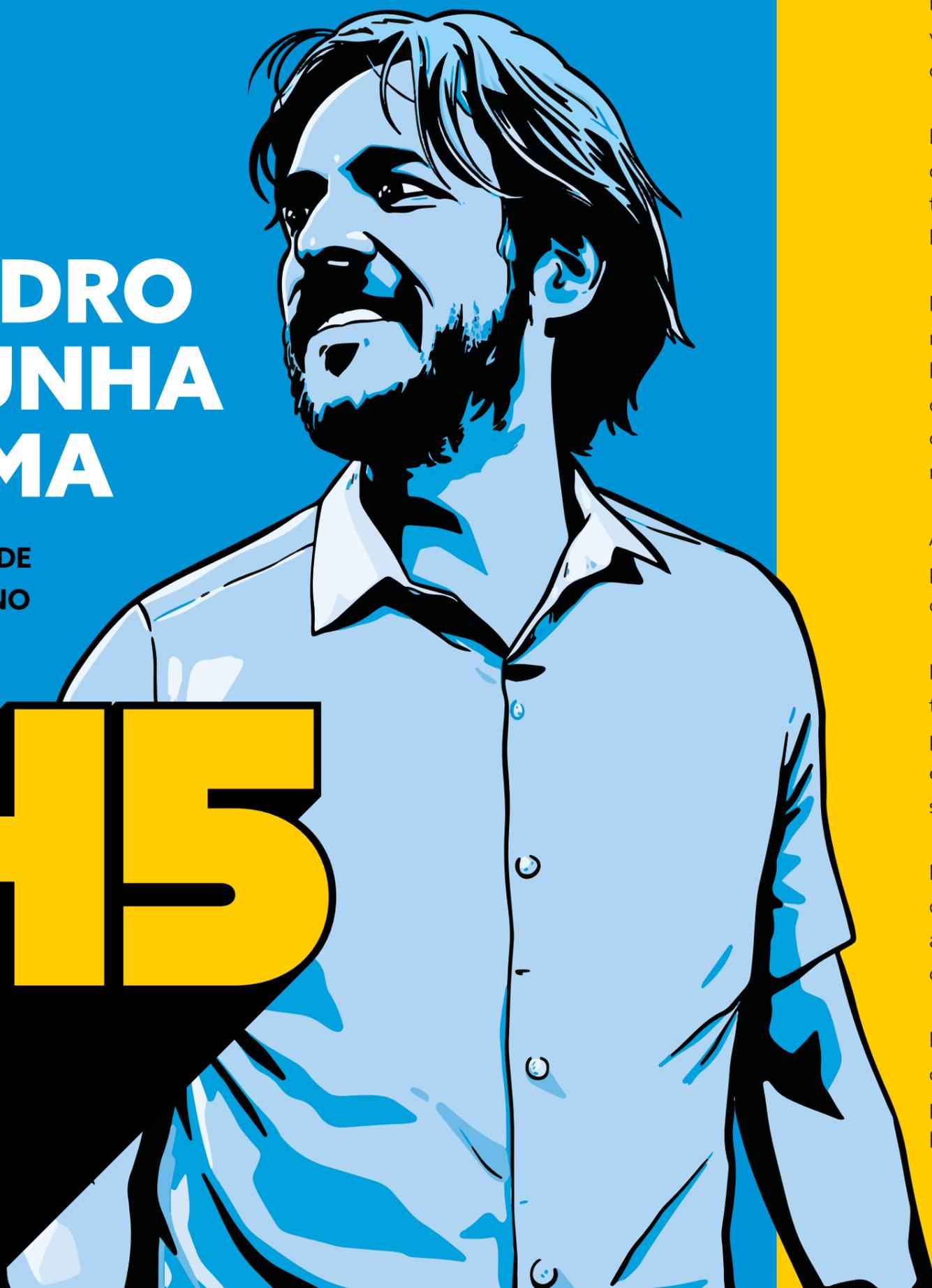
PSDB, UNIÃO BRASIL, PDT, PSC, CIDADANIA, PMB, PTB e PROS

PARAÍBA 2022

# PEDRO CUNHA LIMA

PLANO DE  
GOVERNO  
2022

# 45



É urgente resgatar o nosso Estado e transformá-lo em um bom lugar para viver, produzir e prosperar. O atual momento nos exige boas propostas e coragem para mudar a Paraíba.

Este Plano de Governo que entregamos aos paraibanos e paraibanas é mais do que um conjunto de intenções governamentais e boas práticas de gestão. É uma iniciativa ousada, inovadora e viável para a construção de um Estado efetivo e vetor de melhorias na vida das pessoas.

Para nortear as mudanças que queremos, formulamos este documento a muitas mãos. A partir do diálogo, traçamos um diagnóstico e propomos políticas públicas estruturantes para viabilizar as mudanças necessárias. Neste documento, reunimos importantes contribuições da população, do banco de propostas de nosso partido, o PSDB, e de gestores públicos, em relatórios oficiais de governo e no apoio de uma equipe técnica competente.

A partir dos problemas identificados em cada área, formulamos políticas públicas, inspiradas em oportunidades e potencialidades que apontam para o futuro, mas foram desperdiçadas ao longo dos últimos anos.

Infelizmente, a Paraíba tem hoje 43% da sua população na pobreza e extrema pobreza e a 2ª pior taxa de analfabetismo; paga o pior salário a um policial militar e ignora a valorização de professores, enquanto abandona a estrutura física de escolas, ambiente essencial para aprendizagem e o desenvolvimento da cidadania.

Nos últimos anos, as gestões estaduais tiveram como prática jogar contra quem produz riqueza e cria postos de trabalho. O resultado dessa falta de apoio é a alta taxa de desemprego na Paraíba. Nosso Estado tem o 4ª pior desempenho do Brasil.

Por conta dos desvios de recursos na Saúde, nosso Estado perdeu também o ritmo de crescimento econômico e passou a protagonizar o noticiário policial. A Paraíba é o Estado brasileiro com o menor consumo de água por habitante, abaixo do que recomenda a Organização das Nações Unidas. São

1,3 milhão de pessoas sem abastecimento (30% da nossa população). Falta água na torneira das casas, falta água também para a produção agrícola e as famílias do campo.

Os indicadores oficiais corroboram o sentimento das pessoas: o que foi feito na Paraíba não atendeu aos desejos e sonhos da população. Em áreas fundamentais, o nosso Estado deixou de fazer o dever de casa, perdeu força e protagonismo, especialmente no comparativo com os nossos vizinhos do Nordeste. Quem disse que ia resolver teve a chance, mas não fez. Na verdade, decepcionou. Por isso, a mudança é necessária.

Transformação por meio de novas ideias, boas soluções para antigos problemas, austeridade e a certeza que precisa ficar para trás o tempo de mordomias e privilégios por parte dos representantes e ocupantes de altos cargos.

Além da capacidade de planejar e executar, é preciso também coragem, energia e otimismo. É o momento da esperança, de um tempo de oportunidades. Nosso projeto se diferencia nos princípios e também nas propostas e nos métodos de implementação e avaliação.

Acreditamos que a geração de emprego e renda, a educação pública de qualidade e o ensino profissional tecnológico devem andar de mãos dadas. Não há Estado forte, onde a Educação não seja prioridade de governo.

Bora, Paraíba, construir a ponte que nos leva ao futuro!

# SUMÁRIO

## AS 05 DIMENSÕES E A GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO DO PLANO DE GOVERNO

Plano de Governo Esquematização 12

### **BEM ESTAR SOCIAL** 8

Educação 9

Cultura 20

Segurança Pública e Defesa Social 22

Saúde Pública 30

Habitação 32

Infraestrutura social 33

### **DINAMISMO ECONÔMICO** 40

Turismo 41

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 44

Ciência, Tecnologia e Inovação 46

Agropecuária e Pesca 47

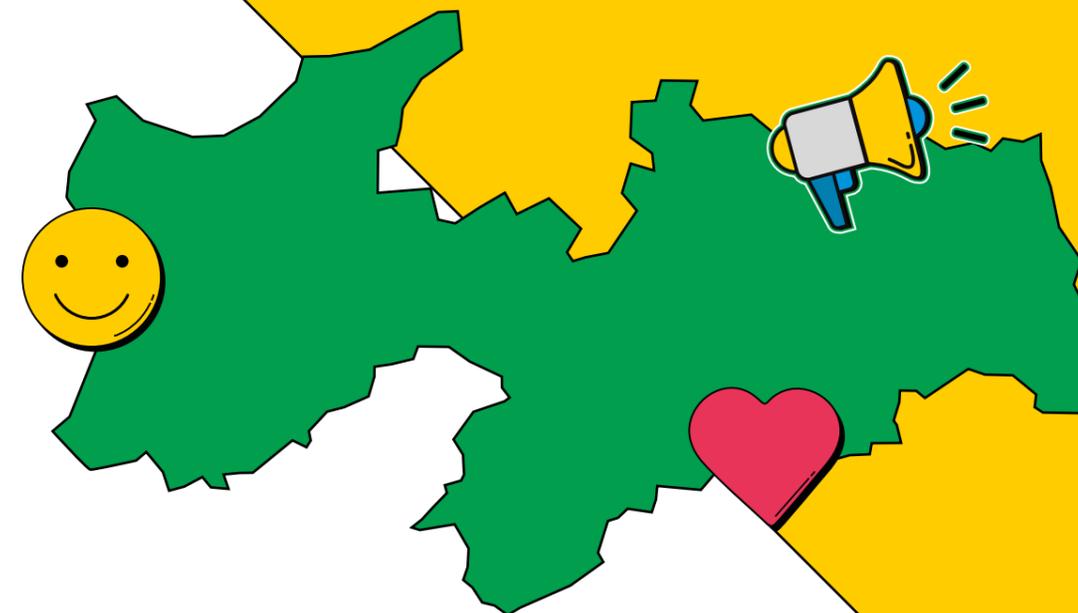
Infraestrutura de Transporte e Logística 50

### **MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** 54

### **AGENDA TRANSVERSAL** 60

### **GOVERNANÇA PÚBLICA** 63

# PLANO DE GOVERNO



## DIMENSÕES

## POLÍTICAS PÚBLICAS

## GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

**DIMENSÃO DO BEM ESTAR SOCIAL**



Políticas de Proteção e Promoção Social; Segurança e Defesa Social; Infraestrutura Social.



Educação qualificada; trabalho; renda; saúde pública; a segurança alimentar e nutricional; a promoção à ordem pública; a segurança humana; ao respeito aos direitos das pessoas e a infraestrutura social

**DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO**



Políticas Creditícia; Fiscal; de Incentivo ao desenvolvimento econômico; da Logística de distribuição e de Transporte; de Turismo; Ciência Tecnologia & Inovação; de aumento da Produtividade; de Empreendedorismo por Oportunidades



Crescimento econômico sustentável; Aumento da produtividade; Inovação e desenvolvimento de novos produtos e serviços; Atratividade para novos investidores; Pessoal qualificado.

**DIMENSÃO AMBIENTAL**



Políticas de Preservação, Proteção e Sustentabilidade Ambiental.



Meio Ambiente equilibrado e saudável; Crescimento econômico e social com a preservação dos recursos naturais não renováveis.

**DIMENSÃO DA AGENDA TRANSVERSAL**



Políticas voltadas para terceira idade; Pessoas com deficiência; Crianças, Adolescentes; Juventude; Igualdade de gênero e racial; LGBTQIA+; Quilombolas; Povos indígenas; Causa animal



Bem estar; Acessibilidade; Redução das Desigualdades; e Equidade social de emprego e renda;

**GOVERNANÇA PÚBLICA**



Políticas de Reestruturação do Planejamento Governamental; de Gestão Fiscal; de Gestão para Resultados; Transparência; de Controlo Social



Estruturas governamentais enxutas; racional; parcerias com a sociedade e o Terceiro Setor; Transparência e Controle Social

# PARAÍBA

Livre, justa e solidária, com dinâmica de crescimento econômico e social respeitando-se a condição humana de nosso povo e a preservação dos recursos naturais.



# DIMENSÃO SOCIAL

O Plano de Governo traz como eixo principal as políticas sociais, compostas por um conjunto de Políticas Públicas que buscam garantir a oferta de bens e serviços, os quais podem ser ofertados: i) pelo Governo do Estado; ii) em articulação com o Terceiro Setor; ou, iii) em parceria com o setor privado.

Tais políticas sociais buscam realizar a justiça social mediante quatro direcionamentos definidos: i) a proteção social; ii) a promoção social; iii) a segurança pública e a defesa social e iv) a infraestrutura social. Presentes na **Dimensão do Bem Estar Social** do Plano Proposto, trazem um conjunto de Políticas Públicas voltadas, sobretudo, para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

O objetivo principal desta Dimensão, nos quatro direcionamentos estabelecidos, é gerar valor público nas áreas da educação; da cultura; do trabalho e da renda; da saúde pública; da segurança alimentar e nutricional; da promoção a ordem pública; da segurança humana; do respeito aos direitos das pessoas; e, da infraestrutura social.

## **DIMENSÃO SOCIAL** **EDUCAÇÃO**

### **1. PARAÍBA COMO ESTADO EDUCADOR**

- Atenção especial e integral a todas as escolas sem professores, com problemas graves de infraestrutura, com indicadores de aprendizagem insuficientes e sem comunicação;
- Construção/atualização de um novo Plano de Educação para o Estado da Paraíba, em consonância com o Plano Nacional de Educação, focado no desenvolvimento humano, com a participação de instituições educacionais e dos segmentos sociais;
- Democratização do acesso à Educação com ampliação da permanência e da qualidade pedagógica e social;
- Concentração de esforços para a universalização com qualidade do Ensino Fundamental e Médio;
- Expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, da Educação do Campo e garantia do direito à educação para indígenas, quilombolas, ciganos e privados de liberdade;
- Ampliar o número de creches sob a responsabilidade do Governo do Estado;
- Criação de um Comitê para a erradicação do Analfabetismo Escolar;
- Criação de um programa de alfabetização na idade certa abrangendo 03 eixos: material, formação e premiação;
- Discutir e estabelecer marco legal para repasse do ICMS para os municípios

por critérios educacionais;

- Consolidação de um sistema permanente de avaliação de ensino e aprendizagem para as escolas da Paraíba, com o diagnóstico realizado e compartilhado ainda no mesmo ano letivo;

- Resultados do Sistema de Avaliação das Escolas estabelecidos em cores para destacar o desempenho dos municípios, "transformando" o tecnicismo dos índices e indicadores em algo mais simples de ser compreendido e monitorado pela população;

- Realização de ciclos avaliatórios trimestrais, sendo a avaliação final realizada por uma auditoria externa e independente;

- Realização de seminários de apropriação da avaliação realizada, para nivelar o diagnóstico com alunos, professores e profissionais da Educação.

- Prêmio Escola Referência

- Definição e bonificação das 150 melhores escolas públicas do Estado (estaduais e municipais);
- As escolas premiadas passam a ser co-responsáveis pelas 150 escolas "prioritárias" (aquelas com menores índices);
- Bonificação financeira (prêmio) para as 150 melhores escolas, distribuída da seguinte forma: 70 % do valor do prêmio destinado às escolas vencedoras são repassados no ato da premiação e os 30% restantes ficarão retidos na conta, só podendo ser resgatados com a melhoria no desempenho da respectiva escola prioritária sob a responsabilidade da escola premiada, aferida no ciclo avaliatório do ano seguinte;
- Criação dos Gerentes "Guardiões do Saber", responsáveis em cada município para disseminar a metodologia e dar suporte nos ciclos avaliatórios;

- Seleções Públicas para as 14 gerências regionais;

- Avaliação em 02 fases para a nomeação: provas na Universidade Estadual da Paraíba e avaliação comportamental;
- Consolidar o modelo e evoluir para os demais cargos.

- Professor Diretor de Turma

- Boas práticas recomendam o Professor Diretor de Turma: o docente reserva parte da sua carga horária para atuar na função, fazendo um acompanhamento mais próximo dos alunos.

- Educação Infantil

- Buscar fontes de financiamentos para a construção de Centros de Educação Infantil; alguns centros funcionando apenas como creche; outros abrigando creche + educação infantil, em apoio aos municípios.

- Formação para o cargo de Diretor(a) de creche;

- Criação do Programa de natureza multissetorial; um olhar especial dedicado à infância;

- Praças públicas

- Qualificação de praças em espaços adequados ao desenvolvimento da infância, em parceria com as prefeituras.

- Professores e profissionais da educação valorizados:

- Valorização do magistério e demais profissionais da Educação, com revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, com incentivo à formação docente aliada à inovação pedagógica, com investimentos no cuidado e na saúde do professor;
- Viabilizar e ampliar programas de mestrado e doutorado para docentes na UEPB;

- Realização de concursos públicos;
- Atenção à saúde mental do docente;
- Estruturação de Editais para a publicação de livros;
- Bônus para a aquisição de livros;
- Virada cultural na semana do professor, após o Enem;
- Humanização das relações com docentes, técnicos e gestores, promovendo canais de escuta e reflexões sobre temas pedagógicos;
- Garantia do pagamento do Piso Salarial Nacional do Magistério, nos termos definidos em lei;
- Forte investimento na formação inicial e continuada dos professores, em articulação com as Instituições de Ensino Superior da Paraíba;
- Melhoria da infraestrutura, dos equipamentos e mobiliários para adequação, visando a melhoria do ensino e aprendizagem.

#### • Ensino Médio e Enem

- O bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio será, também, meta de esforço do governo da Paraíba;
- Busca ativa para que todos os estudantes façam a inscrição no Enem e ação de governo para garantir que todos os inscritos, de fato, realizem a prova;
- Gratificação para as escolas que obtiverem uma participação de 100% no Enem;
- Finais de semanas dedicados ao Enem com atividades com o objetivo de mobilizar e preparar estudantes da 3ª série do Ensino Médio;
- Iniciativas de preparação e motivação para o Enem no mês de julho;
- Aulões envolvendo as 04 áreas do conhecimento abordadas no Exame e atividades estruturadas de redação.

#### • CNH Estudantil

- Habilitações gratuitas para estudantes do 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas que passarem no ENEM;
- Bolsas para Ensino Superior;

- Instituir, por meio de lei, programa para concessão de bolsas durante o 1º ano no Ensino Superior a alunos em situação de vulnerabilidade que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas estaduais.

#### • Parceria com os Municípios e diálogos educacionais

- Diálogo permanente com prefeitos, secretários e Conselhos Municipais de Educação para implantação, no âmbito de cada Município, de novos arranjos educacionais locais que promovam o fortalecimento da educação pública;
- Apoio técnico para elaboração dos Planos Municipais de Educação;
- Construção de creches e formação de gestores de creches;
- Repartição do ICMS em função do desempenho educacional;
- Fornecer consultoria às gestões municipais;
- Fornecer material de alfabetização estruturado;
- Programa de incentivo à leitura, com editais de incentivo a literatura infantil

## 2. CAMINHO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

As boas práticas e referências nos sinalizam com os seguintes compromissos:

- Buscar ampliar significativamente os investimentos e a atenção à primeira infância, entendendo que tais iniciativas são benéficas para toda a sociedade e irão refletir o compromisso da gestão estadual com a formação de cidadãos ativos e engajados democraticamente;
- Estabelecer um planejamento intersetorial visando favorecer a garantia dos direitos das crianças e de suas famílias; a integração de ações e conhecimentos de diferentes pastas de governo e dos municípios permitirão um enfrentamento sistêmico às vulnerabilidades sociais;
- Prover espaços e ambientes que eduquem e possibilitem encontros com culturas e novas vivências, permitindo que as crianças ampliem seus movi-

mentos e se desenvolvam;

- Capacitar as creches e pré-escolas com brinquedos pedagógicos, explorando suas características (sons, cores, texturas, desafios e tamanhos), as crianças vão construindo conhecimento sobre o mundo; é brincando que a criança aprende;
- Manter equipes de profissionais que atuem exclusivamente na Educação Infantil do nosso estado;
- Garantir a formação inicial e continuada de professores e profissionais;
- Apoiar a construção, pelas equipes de creche e pré-escola, do projeto político-pedagógico, a partir da proposta curricular;
- Buscar decisivamente a ampliação do aumento da cobertura de vagas de Educação Infantil no Estado da Paraíba.

### 3. ENSINO MÉDIO INTEGRAL

- Expansão contínua do Ensino Médio Integral, com prioridade às áreas e aos alunos mais vulneráveis;
- Empenhar-se, de forma decisiva, na formação integral dos estudantes, a partir de uma proposta pedagógica multidimensional, conectada à realidade dos jovens e ao desenvolvimento de suas competências cognitivas e socioemocionais;
- Revisão da governança e aplicação de ferramentas, otimizando processos e facilitando o planejamento logístico e de infraestrutura e o uso eficiente dos recursos públicos aplicados no Ensino Médio Integral;
- Realização de pesquisas e avaliações sistemáticas sobre os resultados diretos e indiretos do Ensino Médio Integral na Paraíba, buscando aferir a apren-

dizagem e o desenvolvimento de competências socioemocionais, fluxo escolar, satisfação dos estudantes, professores e responsáveis;

- Implementar modelos inovadores centrados no desenvolvimento integral dos alunos, a partir da formação de professores e equipes escolares em novas práticas pedagógicas e metodologias de gestão escolar;
- Buscar, mediante uma agenda pública propositiva, engajamento de gestores públicos, legisladores, especialistas, familiares e estudantes em defesa do Ensino Médio Integral, mediante disseminação de informações e conhecimento sobre o EMI.

No Ensino Médio Integral, os principais elementos da parte diversificada do currículo que merecerão atenção destacada serão:

- Projeto de Vida: uso de metodologias estratégicas que estimulam o estudante a uma reflexão sobre quem ele é e aonde ele quer chegar, estimulando-o a traçar um plano que lhe permita visualizar os melhores caminhos para atingir seu sonho e seus objetivos na vida adulta;
- Eletiva: o estudante seleciona, dentro de um leque de opções, uma eletiva a fim de ampliar a sua formação básica; ela deve dialogar com o Projeto de Vida e com a BNCC, apresentar temas alinhados às necessidades de aprendizagens dos estudantes, de forma interdisciplinar e de dimensão prática;
- Estudo Orientado: uso de metodologias que buscam desenvolver nos estudantes o planejamento de estudos, a autonomia, o autodidatismo, a atitude colaborativa, etc;
- Avaliação semanal: momento para a verificação da aprendizagem de forma processual;
- Práticas experimentais: aprendizado por meio da prática realizado, preferencialmente, em laboratórios de Ciências.

Paralelamente às principais atividades complementares do modelo defendido para o Ensino Médio Integral, espelhado em boas práticas, serão:

- Acolhimento: prática educativa que objetiva promover a interação entre as pessoas e criar um ambiente de acolhimento e aproximação; o acolhimento inicial é o momento em que são revelados os primeiros sonhos dos estudantes;
- Clube Juvenil: destinado a prática do protagonismo juvenil e concebido a partir do interesse do estudante. O momento de clube é um espaço reservado para que o estudante possa desenvolver a autonomia, a liderança, a criatividade, a autogestão, a cocriação, a corresponsabilidade, etc.
- Tutoria: método para realizar uma interação pedagógica em que o educador (tutor) acompanha e se comunica com os estudantes de forma sistemática, planejando seu desenvolvimento e avaliando a eficiência de suas orientações de modo a resolver problemas que possam ocorrer durante o processo educativo;
- Nivelamento: a partir de uma avaliação diagnóstica, são desenvolvidos planos de ação com o objetivo de corrigir as distorções de aprendizagens a partir de competências e habilidades ainda não assimiladas ou compreendidas pelo estudante.

#### **4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT**

- Ampliação e expansão da EPT de nível médio:
  - Implementar plano de expansão da oferta da EPT;
  - Priorizar a expansão das modalidades integrada, concomitante e intercomplementar (curso técnico junto com o Ensino Médio regular);
  - Fortalecer o plano de expansão da educação de jovens e adultos (EJA) integrando à EPT de nível médio;
  - Fomentar espaços de governança intersetorial da EPT;
  - Acessar, executar e repactuar os recursos de programas de fomento à EPT.

Qualidade da oferta da EPT:

- Aproximar os setores produtivos locais da EPT;
- Implementar currículos articulados;
- Elaborar, implementar e intensificar políticas de contratação e de formação continuada para docentes e gestores da EPT;
- Criar programas estaduais próprios de financiamento da EPT.

Inclusão produtiva e qualificada das juventudes:

- Desenvolver, expandir e fortalecer o programa estadual de aprendizagem profissional;
- Fortalecer e expandir o Programa Primeira Chance;
- Ampliar o uso de metodologias para definir a oferta do itinerário de formação técnica profissional.

Educação Tecnológica e Profissional articulada às vocações produtivas e ao projeto de desenvolvimento humano de cada região do Estado;

Promoção de cursos de educação profissional integrados à elevação de escolaridade (Ensino Fundamental e Médio) para jovens, adultos, pessoas com deficiência, considerando suas necessidades e potencialidades;

Expansão do intercâmbio de alunos do Ensino Médio, dentro e fora do País.

#### **5. ENSINO E APRENDIZAGEM**

- Apoio prioritário aos projetos pedagógicos de cada unidade escolar, com foco na melhoria das relações de ensino e aprendizagem;
- Construção e implantação das diretrizes e referenciais curriculares, considerando as diversas áreas do conhecimento, a realidade escolar da Paraíba e a valorização dos saberes populares, envolvendo a comunidade escolar e acadêmica na formulação;

- Desenvolvimento de ações, em conjunto com gestores e professores, para fazer da escola um ambiente acolhedor e prazeroso de ensino e de aprendizagem;
- Incentivo aos docentes para serem praticantes da pesquisa em sala de aula, com o desenvolvimento de projetos interdisciplinares para uma nova ação educativa que venha resolver ou amenizar os problemas educacionais;
- Atenção especial aos alunos com baixa aprendizagem escolar, visando fortalecer as aprendizagens, especialmente em Português e Matemática;
- Fortalecimento do uso das mídias, com foco pedagógico que considere o novo perfil de "aluno digital" e que construa uma pedagogia também digital;
- Redução da distorção idade-série/ano no Ensino Fundamental e Médio;
- Criação de banco de aulas, a partir da seleção de experiências apresentada pelos professores.

## **6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

- Promoção da inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula e ambiente escolar;
- Fortalecimento da articulação das escolas com a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), para a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Ampliação e implantação de escolas bilíngues de Libras;
- Garantia de acessibilidade na infraestrutura das escolas, salas de recursos multifuncionais, mobiliário e transporte adaptados, quando necessário;
- Promoção de ações de inclusão para ajudar alunos em situação de risco social (trabalho infantil, drogas ou violência).

## **7. ARTE, LITERATURA E ESPORTES**

- Fortalecimento da Arte e da Cultura nas escolas, por meio do apoio a ações permanentes de formação em teatro, dança, música, artes plásticas e bandas marciais, com ênfase na cultura local e paraibana;

- Desenvolvimento de parcerias com entidades culturais para ampliação do acesso de alunos e professores ao teatro, cinema, mostras e projetos culturais;
- Ampliação do acesso a obras de literatura, textos científicos e culturais, obras clássicas de referência, materiais específicos para o estudo da Paraíba, livros didático-pedagógicos de apoio nas escolas;
- Fortalecimento da Educação Física e do desporto escolar, qualificando os professores e ampliando a infraestrutura escolar (quadras e ginásios);
- Realização de programas desportivos e culturais em conjunto com as famílias, para a integração entre escola e comunidade, colocando os equipamentos a serviço.

## **8. GESTÃO DEMOCRÁTICA**

- Gestão democrática, transparente e participativa, com ênfase no diálogo como principal elemento da gestão;
- Investimento na formação continuada dos gestores escolares para o exercício inovador, competente e comprometido das suas funções;
- Consolidação e implantação de sistemas inteligentes e informatizados de gestão educacional para matrícula e diário de classe on-line, gestão pedagógica, de pessoal, de patrimônio e de recursos financeiros em todas as escolas estaduais;
- Ampliação da participação da comunidade na vida escolar;
- Fortalecimento dos conselhos educacionais com participação de pais e sociedade;
- Fortalecimento do controle social no uso dos recursos da educação;
- Diálogo permanente com instâncias representativas da sociedade e dos educadores;

## **9. UEPB RESPEITADA**

- Fortalecimento da gestão democrática da Universidade Estadual da Paraíba;
- Retomada do respeito à autonomia financeira da UEPB, em observância aos dispositivos legais, fruto da conquista da comunidade acadêmica;

- Criação de condições para a melhoria da articulação entre a UEPB e a educação básica pública, por meio da formação de professores, programas de extensão, pesquisas sobre a qualidade do ensino e políticas afirmativas para alunos vindos de escolas públicas.

## **DIMENSÃO SOCIAL CULTURA**

### **1. LINGUAGENS ARTÍSTICAS**

- Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos fazedores e trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e a experiência estética;
- Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais;
- Empreender esforços para tornar a Paraíba uma grande produtora e exportadora de audiovisual;
- Ampliar o acesso à produção e leitura de obras literárias;
- Estimular a atividade literária nas escolas da Educação Básica;
- Estabelecer uma política estadual de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto, com calendário de eventos;
- Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral paraibana.

### **2. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

- Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares;
- Promover a culinária como registro e expressão cultural paraibana.

### **3. IDENTIDADES E REDES SOCIOCULTURAIS**

- Reconhecer, qualificar e apoiar a experiência de ONGs e grupos culturais atuantes em comunidades vulneráveis;
- Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro;
- Considerar a diversidade na perspectiva multidimensional da cultura.

### **4. POLÍTICAS GERAIS**

- Combater as desigualdades regionais e desconcentrar a infraestrutura e os meios de acesso cultural;
- Valorizar, resgatar e reestruturar a Orquestra Sinfônica da Paraíba;
- Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus;
- Ampliar o uso dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao conhecimento;
- Fortalecer a esfera autônoma da crítica como elo indispensável na dinâmica cultural.

### **5. POLÍTICAS INTERSETORIAIS**

- Incorporar a dimensão territorial na implementação da política de cultura, valorizando o enfoque da cultura de paz no combate à violência;
- Reconhecer a inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura;
- Desenvolver o turismo cultural sustentável através da valorização da diversidade.

### **6. GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPATIVA**

- Ampliar as capacidades de planejamento e gestão da política de cultura na Paraíba;
- Diversificar e fortalecer as fontes de financiamento das políticas culturais;
- Garantir a participação da sociedade civil na gestão da política de cultura.

## **DIMENSÃO SOCIAL**

### **SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

#### **GOVERNANÇA E GESTÃO COMPARTILHADA E INTEGRADA**

- Efetivar o funcionamento do Conselho Estadual da Segurança e da Defesa Social (CONESDS), definido pela Lei nº 9.577, de 7 de dezembro de 2011, o qual se destina a formular as diretrizes, controlar e avaliar a execução da Política Estadual de Segurança Pública;
- Fortalecer o processo de gestão compartilhada e integrada das forças de segurança pública, sob o comando estratégico da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, conforme prevê a Lei nº 8.186/2007.
- Construir, coletivamente, o Plano Estadual de Segurança e Defesa Social da Paraíba, em cumprimento ao que prevê o § 5º do artigo 22, da Lei 13.675/2018 (Lei do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS);
- Criar, mediante decreto, conforme instituiu a Lei nº 11.530/2007, alterada pela Lei nº 11.707/2008, o Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública (GGI) e estimular a criação e funcionamento de Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública Municipais (GGIM);
- Incentivar e pactuar a criação dos Consórcios Metropolitanos e Municipais de Políticas de Segurança Pública.

#### **MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

- Unificar os órgãos de ensino policial existentes, a fim de consolidar o processo de integração das forças de segurança pública e desenvolver doutrina policial;
- Criar o Centro de Estudos de Segurança Pública e Criminalidade, com o fim de assessorar o governo no desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras para problemas públicos que geram desordem e insegurança, além de

comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas;

- Priorizar a conclusão das obras inacabadas e estruturantes de segurança pública, a exemplo dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) em João Pessoa, Campina Grande e Patos, e do Presídio de Segurança Máxima de Gurinhém, dotando-os de equipamentos e recursos humanos necessários para o funcionamento;
- Unificar os sistemas de registro das ocorrências policiais, utilizando a inovação tecnológica, para garantir uma melhor gestão do trabalho policial, bem como qualificar e consolidar o processo de integração operacional das forças de segurança pública e do sistema de justiça.
- Dar cumprimento à recomendação do Ministério Público da Paraíba (MPPB), emitida em dezembro de 2021, para que o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) seja lavrado pela Polícia Militar, conforme já prevê o inciso XXIV do artigo 4º, da Lei Complementar nº 87/2008 (Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar da Paraíba), bem como em observância ao recente julgamento da ADI nº 5637, ocorrida no dia 15 de março de 2022, na qual o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu ser válida a lei que permite à Polícia Militar lavrar o TCO;
- Implementar, de forma planejada e gradual, conforme recomendação, em julho de 2021, do Ministério Público da Paraíba (MPPB), o uso individual de câmeras corporais para os policiais, com o fim de qualificar, tecnicamente e legalmente, as suas ações nas abordagens e nas buscas, como também servir de prova junto às autoridades judiciais, tornando, portanto, as investigações criminais mais transparentes, precisas e esclarecedoras;
- Reestruturar a Escola de Gestão Penitenciária, aprimorando o processo de formação e capacitação continuada dos policiais penais;
- Fortalecer, com recursos humanos e suporte logístico o Batalhão de Polícia Ambiental, com o fim de desenvolver o seu trabalho na proteção da Mata Atlântica e, especialmente, na preservação da Caatinga, para minimizar o processo de desertificação da Região do Semiárido (90,91% da área do Estado) e prevenir o êxodo rural;

- Remanejar funcionalmente a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o Corpo de Bombeiros, atendendo ao § 5º, do Art. 144 da CF e oportunizando a maior integração do CBMPB com as 211 Coordenadorias Municipais já existentes no Estado.
- Viabilizar a conexão à internet das delegacias e a integração do banco de dados da Secretaria da Segurança e Defesa Social;

## **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

- Criar o Observatório Estadual de Segurança Pública, para melhor organização, integração e transparência dos dados sobre segurança pública dos 223 municípios da Paraíba, com o fim de subsidiar os processos de tomada de decisão baseada em evidências pelos gestores públicos da área, bem como auxiliar no desenvolvimento de estudos científicos e pesquisas aplicadas;
- Promover a divulgação trimestral, semestral e anual dos indicadores de criminalidade dos 223 municípios da Paraíba, a ser regulamentada através de lei estadual, também disponibilizando os dados em formato bruto e aberto, para viabilizar a sua reutilização livre em estudos e pesquisas;
- Organizar e divulgar banco de dados dos criminosos procurados da Justiça, objetivando obter colaboração do cidadão, seja através de denúncias anônimas e informações, para que as forças de segurança pública possam efetuar as suas prisões;
- Organizar e divulgar banco de dados de pessoas desaparecidas, para que a população possa colaborar, através de denúncias anônimas e informações, na localização dessas vítimas;
- Fortalecer a campanha para coleta de DNA de familiares de pessoas desaparecidas, com o fim de alimentar a rede integrada de bancos de perfis genéticos e, por conseguinte, agilizar a identificação de pessoas localizadas;
- Reestruturar e modernizar as estruturas físicas policiais e prisionais, tornando-as mais humanizadas e funcionais.

## **GESTÃO PRISIONAL E REABILITAÇÃO**

- Ampliar o número de vagas no sistema prisional, de forma regionalizada, para reduzir a superlotação e promover o reordenamento das unidades, para abrigar os presos de acordo com seu regime prisional;
- Implantar Centros de Reabilitação Social e Econômica de Presos, de forma regionalizada, para promover a escolarização, a profissionalização e o trabalho de apenados e egressos, com o fim de viabilizar a sua inclusão social e econômica;
- Promover parcerias com empresas privadas interessadas em instalar oficinas de trabalho para os apenados;
- Desenvolver programas de atendimento ao familiar do apenado, visando prevenir o ciclo criminal.

## **VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

- Humanizar a jornada de trabalho dos profissionais de segurança pública, ampliando, de forma sistemática, contínua e efetiva, o contingente necessário, em cada uma das instituições, para o bom andamento das suas atividades, com a convocação progressiva do pessoal já aprovado em concurso público e com a realização de novos concursos;
- Fortalecer e universalizar os programas de saúde e assistência psicossocial destinados aos profissionais de segurança pública, bem como assistência jurídica, em decorrência de ato de serviço;
- Estabelecer uma política salarial para os profissionais de segurança pública, como determina a Constituição Federal, com base no subsídio, que leve em consideração a jornada ordinária e extraordinária de trabalho, respeitando os princípios da integralidade e da paridade entre ativos e inativos;
- Definir, legal e financeiramente, a gratificação de risco de vida aos profissionais de segurança pública, em atividade, corrigindo distorções.

## ORDEM PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Fortalecer as redes de proteção social para assegurar guarida e assistência imediata às vítimas e testemunhas de crimes de violência perpetrados no ambiente familiar;
- Estabelecer parcerias com os municípios para efetivar a fiscalização, o ordenamento e a revitalização do espaço público, com o fim de reduzir riscos à prática delituosa;
- Criar, em parceria com a Justiça, Defensoria Pública e as Universidades, núcleos de pacificação nas comunidades para a mediação de conflitos familiares e entre vizinhos;
- Apoiar a criação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, desvinculados do Estado, com o fim de oportunizar a participação popular e garantir, assim, o controle social;
- Instituir redes de prevenção social, com a participação da sociedade civil organizada e dos órgãos de comunicação social, destinadas a educar a população para a cultura de paz;
- Valorizar e garantir o funcionamento do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB), dando cumprimento à lei, assegurando, portanto, dotação orçamentária, designação de profissionais, pessoal administrativo e transporte.

## PREVENÇÃO TERRITORIALIZADA DA VIOLÊNCIA

- Implantar o Programa Rede Cidadã, no qual os policiais que atuam nas comunidades poderão ajudar no desenvolvimento de ações preventivas primárias, identificando famílias em situação de vulnerabilidade, para que outros profissionais (assistentes sociais, psicólogos e professores) possam realizar um trabalho in loco, sobretudo, com as crianças, adolescentes e os jovens

dessas famílias;

- Estruturar e ampliar o “Programa Disque-Denúncia”, para que, de forma anônima e segura, o cidadão possa contribuir com o trabalho da Polícia nas investigações criminais, podendo desenvolver parcerias com a iniciativa privada para tal fim;
- Fortalecer e ampliar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar em parceria com as famílias e as escolas, articulando-o, de forma sistemática, com as ações do trabalho da patrulha “Maria da Penha”, patrulha escolar e do policiamento comunitário;
- Efetivar, juntamente com as secretarias de educação estadual e municipais, a política educacional para o trânsito nas escolas públicas, em observância ao que prevê o artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Desenvolver e implementar, em parceria com os municípios, um programa de gerenciamento de riscos, objetivando identificar e contribuir para solucionar situações que possam levar perigo às pessoas, seja em via pública ou em ambientes de moradia;
- Promover a parceria com os municípios para o fortalecimento e ampliação das ações de prevenção e combate a incêndio, bem como de gerenciamento de riscos e prevenção de desastres, conforme prevêem, respectivamente, o § 2º do artigo 3º da Lei nº 13.425/20217 e a Lei nº 12.608/2012;
- Assegurar o desenvolvimento de ações integradas intragovernamentais e intergovernamentais, com vistas a implantação e eficácia de políticas interdisciplinares de prevenção à violência;
- Implantar, sobretudo com os jovens em situação de vulnerabilidade social, o programa “Jovens em Ação pela Cidadania”, levando-os a desenvolver atividades educativas, culturais, artísticas e desportivas;

- Dinamizar as ações de segurança e de preservação da vida no trânsito, intensificando as “blitz de trânsito” voltadas à fiscalização dos motoristas alcoolizados, de carros com película irregular nos vidros e, também, de motocicletas com escapamento adulterado;
- Fortalecer as ações de segurança e de preservação da vida no trânsito, realizando, periodicamente, a inspeção semestral das motocicletas ou motonetas utilizadas no serviço de motofrete e mototáxi, conforme estabelece o artigo 5º da Resolução nº 943/2022, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- Expandir o Programa Integrado “Patrulha Maria da Penha” (PIPM), instituído pelo Decreto nº 39.343/2019, de forma a fortalecer o trabalho de prevenção à violência familiar, ou seja, protegendo as mulheres, as crianças e os idosos, que também têm sido vítimas de abusos e maus tratos;
- Criar Centros de Tratamento e Reabilitação para Dependentes Químicos, nas cidades-polo do Estado;
- Criar programas de prevenção à violência para os diversos grupos em situação de vulnerabilidade social (mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, LGBTQIA+);
- Estabelecer parcerias para otimizar a iluminação pública de espaços urbanos e rurais, prioritariamente as áreas críticas em violência e criminalidade, locais de convivência comunitária, entorno das escolas, paradas de ônibus, entre outros;
- Estabelecer parcerias para ampliar e implementar videomonitoramento em áreas de risco, com o fim de inibir a prática delituosa, aprimorar e racionalizar os mecanismos de pronta-resposta por parte das forças policiais;
- Promover a articulação e integração das redes sociais de comunicação envolvendo porteiros de condomínios, taxistas, operadores dos transportes coletivos, funcionários da rede hoteleira, vigilantes patrimoniais, agentes de

limpeza urbana, agentes comunitários de saúde, com o fim de fortalecer a segurança comunitária.

## **CONTROLE INTELIGENTE E QUALIFICADO DA CRIMINALIDADE**

- Estabelecer, a partir da utilização do mapeamento criminal, ações policiais volantes em pontos estratégicos de controle e de operação presença, com o fim de agilizar o pronto atendimento da polícia e fortalecer a sensação de segurança, criando a ideia de um “cinturão de segurança”;
- Fortalecer o trabalho das polícias paraibanas nas divisas do Estado, articulando com as ações das outras forças de segurança presentes no território paraibano e nos territórios dos demais Estados que fazem limite com a Paraíba;
- Fortalecer e qualificar o trabalho da Polícia Civil para melhor enfrentamento dos crimes cibernéticos;
- Buscar a formação de Forças-Tarefas (Polícias, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União, Secretaria da Fazenda do Estado, Ministério Público e Justiça) para enfrentar e desarticular redes criminosas (narcotráfico, milícias, lavagem de dinheiro, pirataria, roubo de carga, “novo cangaço”, “tribunal do crime”, grupos de extermínio, prostituição infanto-juvenil, etc.);
- Fazer gestão junto aos Governos Federal e Estaduais, bem como ao Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça para que se corrijam as anomalias da legislação penal e processual penal brasileira que vêm favorecendo o crime e os criminosos, além de fomentar a impunidade, a ineficiência das penas e promoverem a insegurança e o medo na população.

## **DIMENSÃO SOCIAL**

### **SAÚDE PÚBLICA**

Diretrizes à saúde de qualidade para todas as pessoas, de todas as regiões da Paraíba.

- Reforçar o papel estadual na coordenação do planejamento, financiamento e execução dos serviços de saúde;
- Garantir maior interlocução com os municípios na definição de prioridades regionais;
- Apoiar decisivamente o fortalecimento da Atenção Primária, buscando sua expansão e qualificação, em especial quanto à integralidade dos cuidados;
- Implementar/acelerar a construção da Saúde Digital no estado da Paraíba, com destaque para Centros de Diagnósticos por imagens implantados um em cada Macrorregião de Saúde do Estado;
- Implantar a Delegacia da Saúde: Controle e fiscalização de contratos da Secretaria de Saúde constituída por Auditores de Contas Públicas e Delegados.
- Implementar/acelerar a construção da Saúde Digital no estado da Paraíba;
- Fortalecer as parcerias com o terceiro setor;
- Liderar as transformações indispensáveis ao fortalecimento do SUS e do Sistema Nacional de Saúde;
- Trabalhar pela maior integração público-privado para redução das desigualdades de acesso a assistência;
- Fortalecer a vigilância em saúde e estruturar o enfrentamento das sequelas da Covid-19;
- Criação de um piso estadual da atenção básica e um piso adicional para municípios que atingirem determinadas metas estabelecidas em indicadores do programa;
- Apoio técnico e financeiro para implementação de telemedicina e informatização dos processos de atendimento e monitoramento nos municípios da Paraíba;
- Revisão e readequação da carta de serviços das unidades estaduais para maior adequação ao perfil epidemiológico regional.
- Implantar e/ou implementar de forma integrada as centrais de regulação macrorregionais realizadas pelo Estado;

- Incentivar, apoiar e pactuar a criação dos Consórcios Metropolitanos e Municipais de Políticas de Saúde Pública;
- Promover a descentralização equilibrada do atendimento oncológico no Estado;
- Promover atenção especial às populações em situação de maior vulnerabilidade social (população em situação de rua, negra, campo, quilombola, indígena, LGBTQI+, ciganos e privada de liberdade);
- Promover ações para redução da mortalidade infantil;
- Avaliar e promover o atendimento, a prevenção e a cura de doenças dos grupos sociais com maiores níveis de vulnerabilidade e com riscos em termos de consequências letais, em especial, a saúde do idoso, das mulheres, com destaque para as gestantes e crianças na primeira infância;
- Implementar as ações de prevenção, detecção e tratamento das IST/Aids, hepatite virais, HTLV e sífilis congênita nos municípios;
- Fortalecer ações de vigilância em saúde do trabalhador;
- Fortalecer a política de assistência farmacêutica de forma descentralizada, assegurando o acesso a medicamentos;
- Assegurar o diálogo com todas as categorias profissionais da Saúde, através do envolvimento direto de seus órgãos representativos;
- Avaliar e propor reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da Saúde;
- Instituir programas sistemáticos de qualificação técnica dos dirigentes / gestores dos serviços de saúde;
- Fortalecer o processo de participação e controle social das ações de saúde do SUS;
- Fortalecer o Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN/PB.

Afirmar e reafirmar as Diretrizes estaduais para a Saúde Pública:

- Garantia do acesso da população a serviços públicos de qualidade;
- Garantia da atenção integral e humanizada em todos os ciclos da vida;
- Fortalecer a regulação da atenção e a auditoria de gestão;
- Formação, qualificação e valorização dos trabalhadores da saúde;
- Estruturação da gestão estadual da Saúde;
- Garantia da redução dos riscos e agravos à saúde da população;
- Garantia e aprimoramento da assistência farmacêutica no âmbito SUS;
- Inovação político-administrativa do Sistema Estadual de Saúde.

## **DIMENSÃO SOCIAL**

### **HABITAÇÃO**

#### **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

- Ampliar programa de habitação popular e de interesse social para a população de baixa renda do Estado da Paraíba;
- Priorizar habitação urbana e rural, buscando viabilizar soluções para o déficit habitacional e melhoria da habitabilidade das famílias com renda de até 3 salários-mínimos;
- Trabalhar o déficit habitacional do Estado da Paraíba com ações voltadas para a produção de unidades habitacionais e na regularização de titulação fundiária, em imóveis sem documentação e com nenhuma perspectiva de regularização;
- Criar programa auxílio “moradia mulher” destinado às vítimas de violência doméstica até que as mesmas sejam incluídas em programas de Habitação Social;
- Ampliar os Programas de Habitação para o Servidor Público Estadual;
- Reelaborar e efetivamente implantar um programa de reforma para habitações em condições precárias destinadas a população de baixa renda;
- Discutir e avaliar a alternativa para implantação do Aluguel Social, como instrumento complementar para prover moradias dignas às famílias de baixa renda.

## **DIMENSÃO SOCIAL**

### **INFRAESTRUTURA SOCIAL**

#### **RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO**

#### **POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E DE MONITORAMENTO;**

O desenvolvimento de projetos de infraestrutura em Recursos Hídricos e Saneamento, especialmente aqueles integradores, exige do Governo capacidade de diálogo, bons projetos e competências internas para executá-los. Igualmente, talento e energia para captar recursos financeiros necessários junto à União, aos Bancos e/ou de Agências de Fomento nacionais e internacionais e habilidades técnicas e jurídicas para construção de parcerias público-privadas.

Nesta perspectiva, são apresentados desafios, indicações prioritárias de intervenções e afirmações de políticas públicas de recursos hídricos e saneamento sob responsabilidade do Governo do Estado, todas visando o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba.

Pela ordem, destaques para:

#### **1. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

- Compatibilizar os recursos hídricos provenientes da Transposição do São Francisco e integrá-los com os recursos hídricos do estado, a exemplo das Barragens Coremas Mãe D’água, Boqueirão e Acauã e Canal Acauã-Araçagi.
- Construir as barragens de Gurinhém e Camaratuba, para permitir o funcionamento pleno do Canal Acauã-Araçagi.
- Desenvolver estudos para definir as áreas para elaborar projeto de irrigação da área de influência do Canal Acauã-Araçagi e permitir a irrigação de 15.500 hectares.

## **2. INTERVENÇÕES PRIORITÁRIOS EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ESTADO DA PARAÍBA, ESTABELECIDAS NESTE PLANO DE GOVERNO:**

### **REGIÃO DO LITORAL**

- Adutora Translitorânea, (viabilizar recursos financeiros);
- Conclusão do sistema adutor Translitorânea, incluindo a construção da barragem de Cupissura e reforço da linha adutora;
- Adutora de Pedras de Fogo ( viabilizar recursos financeiros);
- Construção de linha adutora para abastecer Pedras de Fogo a partir da Barragem Gramame/Mamuaba;
- Adutora Araçagi Leste (concluir as obras);
- Conclusão do sistema adutor Araçagi Leste para atender as cidades de Itapororoca, Mamanguape e Rio Tinto.

### **REGIÃO DO BREJO**

- Adutora do Brejo (elaborar projetos e viabilizar recursos financeiros);
- Construção de linha adutora (44 km) a partir da barragem Araçagi, indo até a região de Bananeiras, cidade turística limitada pela deficiência no abastecimento de água. No caminho, reforçará os sistemas integrados Canafístula I (Sertãozinho, Pirpirituba, Serra da Raiz, Duas Estradas, Lagoa de Dentro), Lagoa do Matias (Bélem, Caiçara, Logradouro, Rua Nova, Cachoeirinha, Braga), e Canafístula II (Bananeiras, Solânea, Riachão, Dona Inês, Barreiros, Logradouro, Araruna, Cacimba de Dentro, Damião e Tacima).

### **REGIÃO DA BORBOREMA**

- 3ª Adutora de água bruta de Campina Grande (viabilizar recursos financeiros);
- Construção da 3ª linha adutora de água bruta de Campina Grande, interligando o açude Epitácio Pessoa à ETA de Campina Grande e região;
- Sistema adutor Boqueirão (retomar as obras);
- Concluir adutora para abastecer as cidades de Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Barra de São Miguel, distrito de Marinho e as localidades de Canudos, Taboado de Baixo, Taboado de Cima, Sangradouro e Lajes.

### **REGIÃO DO CURIMATAÚ**

- Transparaíba Ramal Curimataú (viabilizar recursos para a 2ª etapa);

Na região do Curimataú, está sendo construída uma adutora que atenderá 10 cidades (Boqueirão, Cabaceiras, Boa Vista, Soledade, São Vicente do Seridó, Cubati, Sossêgo, Baraúna, Picuí, Frei Martinho), mas o projeto inclui outras 14 (Araruna, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cacimba de Dentro, Cuité, Damião, Juazeirinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivados, Pedra Lavrada, Seridó, Tenório).

### **REGIÃO DO CARIRI**

- Transparaíba Ramal Cariri (acelerar a implantação);

Na região do Cariri, está sendo licitada uma adutora para atender 18 cidades e 2 distritos (Monteiro, Prata, Ouro Velho, Sumé, Amparo, Serra Branca, Livramento, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Parari, Desterro, Teixeira, Cacimbas, Taperoá, Santo André, Gurjão, Assunção e Junco do Seridó, e as sedes distritais de Santa Luzia do Cariri e Pio X).

- Adutora Camalaú (retomar as obras);

- Conclusão das obras do sistema adutor Camalaú que abastecerá as cidades de Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e a localidade de Cacimbinha.

### **REGIÃO DO SERTÃO**

- Adutora MRH-89; (viabilizar e licitar)  
Mato Grosso, Jericó, Lagoa, Brejo dos Santos, Bonsucesso, Catolé do Rocha.
- Adutora São Gonçalo-Capivara; (viabilizar recursos)  
Reforçar os sistemas de abastecimento de água de Bernardino Batista, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Lastro, Poço Dantas, Poço José de Moura, Santa Cruz, Santa Helena, Santarém (Joca Claudino), São Francisco, São João do Rio do Peixe, Triunfo, Uiraúna, Vieirópolis.

### **PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA TODOS OS MUNICÍPIOS ESTADUAIS**

- Desenvolvimento e atualização de projetos técnicos de abastecimento de água para os municípios do Estado com vistas a dar suporte a aquisição de recursos financeiros para implantação das obras, dando início a um grande programa de abastecimento de água em áreas urbanas, rurais e populações dispersas, promovendo saúde pública, desenvolvimento, bem estar e igualdade social;
- Concluir as obras de abastecimento de água em andamento, executar as obras viáveis cujos projetos já existam e iniciar novas obras, de tal forma que o cronograma previsto no Novo Marco Regulatório de Saneamento para os próximos quatro anos seja alcançado;
- Estabelecer um Plano de Construção de micro e médias adutoras de montagem rápida. A primeira será iniciada no primeiro semestre, com a ligação da Barragem Boqueirão do Japi, em Cuité (há 8 anos sem água).

### **3. INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ESTADO DA PARAÍBA, ESTABELECIDAS NESTE PLANO DE GOVERNO:**

- PROGRAMA DE SANEAMENTO PARA ÁREA METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA
  - Expansão do sistema de esgotamento sanitário da área metropolitana de João Pessoa, para as cidades de João Pessoa, Cabedelo, Conde, Bayeux e Santa Rita, com a finalidade de universalizar esses serviços e atingir as metas do Novo Marco de Saneamento.
- PROGRAMA DE SANEAMENTO PARA A CIDADE DE CAMPINA GRANDE
  - Conclusão do terceiro módulo da Estação de Tratamento de Esgotos de Campina Grande;
  - Implantação do Interceptor Sudoeste, ligando São José da Mata até as Lagoas Anaeróbias da cidade de Campina Grande.

### **4. PROGRAMA ESTADUAL DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL**

- Realização de atualização cadastral dos sistemas de drenagem em todas as cidades paraibanas;
- Apoiar as prefeituras municipais na elaboração de projetos básicos e executivos para os sistemas de drenagem urbana das sedes municipais e das principais áreas urbanas;
- Programa amplo de eliminação dos Resíduos Sólidos e Líquidos Urbanos presentes nos Sistemas de Drenagem Urbana, visando a boa operação desses sistemas e a preservação ambiental das praias e das bacias hidrográficas;
- Apoiar os municípios na obtenção da eficiência e da eficácia na prestação integrada dos serviços públicos de drenagem urbana e de resíduos sólidos, incluindo a gestão da quantidade e qualidade da água urbana nos rios da bacia hidrográfica, sem transferir e minimizar os impactos dentro da cidade, nas pequenas bacias urbanas e não transferir para o sistema de rios.

## **5. AFIRMAR E IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, DE MONITORAMENTO E DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PRESENTES NO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

- Ampliação do monitoramento das variáveis hidrometeorológicas e de desastres naturais;
- Harmonização de critérios e ações de gestão entre o Órgão Gestor do Estado da Paraíba e a Agência Nacional de Água;
- Instituir procedimentos para consolidação dos instrumentos de gestão, principalmente a outorga do direito de uso da água na bacia, a cobrança pela utilização da água bruta, o enquadramento dos corpos d'água, a fiscalização, a governança e articulação do Plano, fornecendo subsídios para implementação do plano de recursos hídricos do Estado;
- Integração das águas internas das bacias do Piancó, Piranhas, Peixe e Paraíba com os eixos norte e leste de integração do Rio São Francisco;
- Implantação de Infraestrutura hídrica de controle de cheias e garantia de oferta hídrica;
- Definir e implementar projetos e ações para reduzir em 20% as perdas totais de água nas principais cidades;
- Estabelecer um sistema de segurança de barragens, segundo as recomendações do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Executar projetos de restauração agroflorestal em zonas de nascentes de rios e áreas de proteção permanentes de açudes, preservando o entorno dos corpos d'água e matas ciliares dos cursos d'água nas zonas estratégicas;
- Promover um projeto de cooperação com interveniência dos órgãos SEIRHMA/SEDAP para implantação de dessalinizadores em poços na região de domínio cristalino em comunidades rurais do Estado;

- Revitalização de Bacias Hidrográficas, objetivando recuperar, conservar e preservar as bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade ambiental, por meio de ações permanentes e integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos;
- Fortalecimento da gestão participativa dos recursos hídricos, dando maior autonomia aos comitês de bacias hidrográficas e capacitando os usuários de água para a prática de usos racionais e sustentados desses recursos.



# DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO

A Dimensão do Dinamismo Econômico se caracteriza por políticas que buscam garantir condições de atratividade para o nosso estado, visando ampliar investimentos públicos e privados com consequente geração de emprego e renda.

São importantes as políticas voltadas para fortalecer os processos inovativos, de ciência e tecnologia, aderentes aos encadeamentos produtivos de bens e serviços da Paraíba.

A melhoria da infraestrutura logística, o incentivo ao turismo, aos arranjos produtivos locais, à redução de custos sistêmicos de produção, dará condições para o aumento das escalas de produção dos produtos e serviços do nosso estado.

Aliado a todo este esforço público e privado, caberá ao Governo do Estado, de forma decisiva, acelerar os processos de análise e liberação de atividades econômicas e produtivas, o que para tanto será necessário a redução da excessiva burocracia, inibidora da ampliação e atração de novos investimentos.

O objetivo principal desta Dimensão é gerar valor público nas áreas do crescimento econômico sustentável, no aumento da produtividade, no apoio à ciência, tecnologia e inovação, no desenvolvimento de novos produtos e serviços, na atratividade do nosso estado para novos investidores e na desburocratização do governo.

## **DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO** **TURISMO**

### **MARKETING, PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO**

- Promoção e divulgação do Destino Paraíba nos mercados regional, nacional e internacional em revistas, jornais, periódicos, anúncios nos catálogos oficiais das operadoras de turismo, mídia eletrônica (televisão aberta e por assinatura), internet, mídia digital, cinemas, outdoors, mobiliário urbano, aeroportos, back-lights e front-lights;
- Intensificação da divulgação regional, principalmente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte;
- Promoção e divulgação dos principais Eventos do Estado com Fluxo turístico;
- Organização de Rodadas de Negócios, Seminários, Capacitações e Treinamentos com agentes de viagens, operadoras e jornalistas;
- Participação nas principais feiras e eventos nacionais e internacionais;
- Intensificação do apoio ao trade turístico na realização de Road Shows;

### **ESPAÇOS PÚBLICOS, REGIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO**

- Transformar a granja Santana (residência oficial do governador da Paraíba) em

um espaço público, aberto, para que o povo possa usar como área de convivência e lazer;

- Promover ações de fortalecimento de produtos turísticos no estado, no seguintes segmentos: Turismo Rural; Turismo Comunitário, com produção associada ao setor; Ecoturismo; Turismo de Aventura; Turismo Cultural, Histórico e Científico; Turismo Religioso; Turismo Gastronômico; Turismo de Negócios; Turismo Náutico e de Pesca;
- Recuperação dos principais polos e pontos turísticos do Estado da Paraíba.

### **INFORMAÇÃO TURÍSTICA**

- Reestruturação e Modernização dos Postos de Informações ao Turista; Implantação/ampliação de Sinalização Turística bilíngue nos atrativos e produtos turísticos do estado e nas principais vias e corredores de fluxo de turista;
- Confecção / atualização de guias e mapas (versão impressa e digital) para os principais polos turísticos do estado;
- Criação de aplicativos para dispositivos móveis, como smartphones e tablets, em português, espanhol e inglês, com informações turísticas.

### **MONITORAMENTO**

- Realização de pesquisas para aferição das tendências da oferta e demanda;
- Realização continuada de pesquisas de fluxo turístico;
- Realização de pesquisas para medição de satisfação do turista.

### **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DO TURISMO**

- Fortalecimento do turismo como política pública estratégica para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba;

• Apoio ao fortalecimento das relações institucionais, comerciais públicas e privadas visando a realização dos investimentos necessários na infraestrutura de apoio ao turismo do Estado;

• Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, através de uma gestão compartilhada pública e privada, articulada pelo Conselho Estadual de Turismo, liderado pelo Governo em parceria com os municípios e instituições diversas da iniciativa privada do terceiro setor, relacionadas ao sistema turístico.

## **DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO**

### **DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

#### **CONSOLIDAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL E COMERCIAL DO ESTADO**

- Revisão do modelo de gestão e de atuação da Junta Comercial, desburocratizando, integrando, reduzindo e otimizando processos e taxas com vistas a oferecer celeridade às funções da Junta;
- Eliminar exigência de atos públicos desnecessários para funcionamento de atividade econômica de baixo risco social, ambiental e urbano;
- Reduzir exigências burocráticas de documentação e comprovantes adotando presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica;
- Digitalizar processos de solicitação e emissão de licenciamento;
- Criar incentivos por meio de parcerias empresariais, parcerias com centros de pesquisa, financiamento de programas de pesquisa e desenvolvimento, no sentido de agregar valor à cadeia produtiva no Estado, tais como cana-de-açúcar, etanol, calçados, bentonita, bebidas, têxtil, cimenteira, construção civil, entre outras;
- Promover revisão da política fiscal como fator de estímulo ao desenvolvimento do Estado;
- Estimular a integração de arranjos produtivos, criando consórcios de produção e utilizando subprodutos de uma cadeia em outras cadeias;
- Estimular a construção civil, com adoção de programas de introdução de novas tecnologias de produção, notadamente nas habitações de interesse popular;
- Reativar e ampliar o Programa do Leite, com a substituição do referencial financeiro para compras pelo referencial volumétrico, devolvendo o estímulo ao setor e recompondo a cadeia produtiva;
- Ofertar linha de crédito para o micro e pequeno empreendedor, principalmente para os pequenos arranjos produtivos, vinculando esse crédito a processos de capacitação básica;
- Fortalecer a cadeia produtiva do turismo com consequências positivas no ambiente de negócios e no próprio comércio;
- Estimular os arranjos produtivos locais nas regiões que possuem vocação

e potencialidade própria, tornando-as capazes de gerar atividades econômicas sustentáveis e desenvolvimento em áreas muitas vezes degradadas. A exemplo de: confecções, avicultura, fruticultura, capri ovinocultura, floricultura, piscicultura, aquicultura, entre outras;

- Buscar interação com vários atores promotores e de fomento, tais como SEBRAE e EMBRAPA, para atualizar essas potencialidades e estruturar *clusters*, que são uma concentração de empresas ou associações produtivas que se comunicam por possuírem características semelhantes e existirem no mesmo local;
- LOG PB: Instalação em João Pessoa (Bairro das Indústrias) de *hub* de distribuição logística no Nordeste, com galpões logísticos (empresas físicas e on line), construídos em parceria com fundos de investimento.

#### **CRIAÇÃO DE FÓRUMS DE DIÁLOGO COM OS SETORES PRODUTIVOS**

- Criar Câmaras Setoriais, que aglutinem os anseios e interesses dos diversos segmentos das Cadeias Produtivas, atuando em parceria com o Setor Público;
- Promover uma atuação sinérgica entre Governo e Agentes de Desenvolvimento, adaptando a máquina pública às decisões dos fóruns de debate.

#### **INSTRUMENTOS DE ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO**

- Discutir a viabilidade de Instituir uma Agência de Fomento para melhor coordenar a ação do Governo no setor industrial e em outros setores da economia, como instrumento importante para a democratização do crédito às camadas mais baixas da população e, também, para as pequenas e médias empresas, inclusive Cooperativas.

## **DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO**

### **CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

#### **CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CT&I**

- Apoiar convergência dos padrões da produção científica e tecnológica à resolução de problemas locais, levando em consideração aqueles que atingem os grupos menos favorecidos;
- Incrementar, via FAPESQ (através de editais e chamadas públicas de projetos de pesquisas) a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à solução dos problemas do Estado, sobretudo os voltados à resolução de problemas locais destinados aos grupos menos favorecidos;
- Empreender esforços para promover a dinamização da economia mediante a cooperação técnica entre as ICTs Paraibanas e o setor produtivo;
- Criar mecanismos de estímulo ao desenvolvimento, produção e inovação em tecnologias de saúde;
- Estimular a criação e incubação de empresas de base tecnológica no Estado com apoio de ICTs e Parques Tecnológicos;
- Incentivar e apoiar a inovação na Paraíba, com medidas para estimular a inovação nas pequenas empresas e apoiar os sistemas de informação que acelerem os processos de assimilação de novas tecnologias pelas empresas;
- Restabelecer os mecanismos de participação da comunidade técnico-científica da Paraíba na definição, acompanhamento e avaliação das políticas de Inovação, Ciência e Tecnologia, promovendo-se a reestruturação e reativação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Atualizar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a contribuição dos setores atuantes nas ICTs paraibanas, assegurando-se os recursos necessários para sua execução, de acordo com o que prevê a Constituição da Paraíba no que se refere ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia;
- Definir, implantar e apoiar Startups locais;

## **DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO**

### **AGROPECUÁRIA E PESCA**

#### **DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA**

- Reativar e ampliar o Programa do Leite, com a substituição do referencial financeiro para compras pelo referencial volumétrico, devolvendo o estímulo ao setor e recompondo a cadeia produtiva do nosso Estado;
- Estabelecer parâmetros de convivência com o semiárido, através da educação, da promoção de ações que garantam a segurança hídrica, a geração de renda e a fixação do homem no campo, do emprego de tecnologias e práticas de combate aos processos de desertificação;
- Estimular ações no setor agrícola que resultem no aumento da produção e da produtividade agrícolas, baseado no princípio de uma melhor convivência com as secas, através do emprego de tecnologias, que resultem no aumento da qualidade de vida das populações rurais;
- Estimular ações de pesca e aquicultura, através do apoio técnico, logístico e difusão de tecnologias que proporcionem a sustentabilidade e a inclusão social;
- Consolidar o Conselho Estadual de Políticas Agropecuárias, retomando, através de grupos de trabalho específicos o planejamento do Setor;
- Promover um planejamento integrado com todas as entidades estaduais ligadas ao setor agropecuário (EMATER, INTERPA, EMEPA, EMPASA, Defesa Agropecuária etc) com o objetivo de potencializar as ações governamentais propostas, bem como, firmar parcerias com instituições como o INSA, SEBRAE, SENAR, BANCO DO NORDESTE, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, FETAG, FAEPA, EMBRAPA e ASA, para se integrarem ao Governo do Estado e, juntos, realizarem as ações necessárias para o desenvolvimento agropecuário da Paraíba;
- Incentivar o plantio de mudas de plantas forrageiras resistentes a variabilidade climática;

- Promover a difusão de práticas de agricultura orgânica, principalmente em hortaliças e frutícolas;
- Fomentar a cadeia produtiva do turismo rural;
- Envidar todos os esforços para ampliar e recuperar as centrais de abastecimentos existentes e implantar novas centrais;
- Incentivar e divulgar o setor produtor de cachaça do Estado da Paraíba;
- Apoiar e divulgar as iniciativas do cultivo de flores;
- Realizar e incentivar exposições de animais e rediscutir a administração dos Parques de Exposições com vistas a torná-los atrativos.

### **ESTÍMULO À PESQUISA E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS**

- Promover ações para seleção e melhoramento de espécies de origem animal e vegetal visando à adaptação ao ambiente com restrições hídricas;
- Desenvolver estudos para a geração e a adaptação de sistemas de captação, armazenamento e uso da água nos sistemas agrícolas e pecuários, sempre buscando a melhor eficiência e produtividade;
- Incentivar estudos de avaliação e desenvolvimento de métodos e processos para determinar a qualidade da água e seus diferentes usos.

### **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA IRRIGADA**

- Desenvolver programa de modernização dos sistemas de irrigação difusos da agricultura familiar, substituindo os de baixa eficiência na utilização da água em áreas da agricultura familiar, contribuindo para o uso racional dos recursos hídricos;
- Promover, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados à conservação e à recuperação dos recursos hídricos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

### **APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR**

- Implementar de forma participativa um Plano Estadual para as mulheres trabalhadoras rurais, garantindo a melhoria da qualidade de vida, com políticas específicas e prioritárias, promoção da igualdade, empoderamento,

autonomia econômica, acesso à terra e enfrentamento à violência, considerando a diversidade étnica e de geração;

- Implantar programas de incentivo ao beneficiamento da produção e instalação de agroindústrias no meio rural no sentido de agregar valor à produção da agricultura familiar;

- Consolidar e estimular a implantação e consolidação das centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar em nível estadual e nos territórios rurais;

- Propor parcerias para implantar um amplo programa de manejo e conservação de solo, onde a mecanização agrícola para a agricultura familiar seja trabalhada com a introdução de máquinas de pequeno porte (mini tratores, plantadeiras, grades, arados, sulcadores) adequados ao perfil do agricultor familiar;

- Via Empreender PB, estruturar linha de crédito às empresas e aos produtores da agricultura familiar para a instalação de placas fotovoltaicas.

### **SETOR SUCROALCOOLEIRO**

- Apoiar o Setor Sucro Energético da Paraíba visando a elevação substancial da produção de cana na Paraíba nos próximos quatro anos;

- Fortalecer a interlocução permanente com produtores através da vitalização da Câmara Setorial congregando todos os agentes públicos e privados ligados à atividade agroindustrial canavieira;

- Incentivar a ampliação de plantios de acordo com o Zoneamento Agroecológico da Cana para o Estado da Paraíba;

- Envidar esforços para assegurar o sentido econômico das atividades de produção de cana-de-açúcar, etanol, açúcar, bioeletricidade, e reduzir a participação dos combustíveis fósseis e poluidores na matriz energética do Estado;

- Melhorar a malha rodoviária dos municípios canavieiros que possibilite um melhor escoamento da produção.

## **DIMENSÃO DO DINAMISMO ECONÔMICO**

### **INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

A identificação e seleção de projetos para modernização da infraestrutura estadual, articulando esforços com o Governo federal e com a iniciativa privada, será fundamental nesta nova quadra de governo.

Análises técnicas das produções locais atuais e projetadas, bem como o local de consumo (origem-destino), devem nortear as ações de Governo e a elaboração de projetos de infraestrutura logística da malha rodoviária do estado, como também dos modais portuário, aeroportuário e ferroviário.

Atenção especial e diálogo intenso com o Governo Federal, torna-se imperioso tendo em vista que os gargalos atuais e potenciais das principais malhas rodoviárias de transporte e escoamento de produção, que na sua maioria são de responsabilidade do DNIT (12 de 16), vejamos:

#### Críticos

1. BR-101 PB-034 - PB-PE
2. BR-101 João Pessoa - PB-034
3. PB-044 BR-101 - Caaporã

#### Gargalos Potenciais

4. BR-104 Remígio - Campina Grande
5. BR-230 João Pessoa - Bayeux
6. BR-101 RN/PB - João Pessoa
7. BR-104 Campina Grande - Queimadas
8. BR-230 Bayeux - Campina Grande
9. PB-034 BR-101 - Alhandra
10. BR-230 Campina Grande - Patos
11. BR-230 Patos - Souza
12. BR-104 Queimadas - PB/PE
13. BR-230 Sousa - Cajazeiras
14. PB-004 Santa Rita - Sapé
15. BR-230 Cabedelo - João Pessoa
16. PB-066 BR-230 - Ingá

Paralelamente, na infraestrutura da malha rodoviária da Paraíba, deverá o Governo do Estado ter uma gestão capaz para realizar:

- I. Um amplo e efetivo programa de conservação das rodovias do estado, nos eixos estruturantes, alimentadores e integradores;
- II. Ações de continuidades das obras em andamento;
- III. Projetos e implantações de travessias urbanas de fluxo significativo;
- IV. Projetos e Implantações de novas rodovias prioritárias, que favoreçam o escoamento da produção e o deslocamento de populações;
- V. Acelerar os projetos e licitações em curso.

#### **INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES**

- Contorno Rodoviário da área metropolitana de João Pessoa (BR 230 - BR 101);
- Duplicação do contorno Rodoviário Sudoeste da cidade de Campina Grande;
- Implantações, revitalizações e regularizações de faixas de pistas, dos aeródromo do estado da Paraíba.

Acelerar os projetos e licitações em curso.

#### MATA PARAIBANA

- Viaduto de Água Fria - estaca 1216 da BR-230
- PB-067: Mari / Mulungu
- Viaduto do Bairro das Indústrias
- PB-033/035: Rio Tinto/Praia de Campina
- Ligação: Jacaraú / Pedro Régis
- Adequação da interseção do acesso: Entr. PB-073/Sobrado
- Curral de Cima / Sertãozinhos

#### AGRESTE PARAIBANO

- PB-093: Entr. PB-105(Solânea)/Entr. PB-085
- PB-176: Soledade / Gurjão
- PB-064: Mogeiro / Salgado de São Félix
- PB-081: Duas Estradas / Logradouro
- PB-082: Salgado de São Felix/Barragem de Acauã

- Acesso ao Memorial de Frei Damião em Guarabira, a partir da rodovia PB-073
- Pavimentação do acesso ao IFPB de Guarabira
- Acesso ao Distrito de Braga - Tacima (para PB-073)
- São Sebastião de Lagoa de Roça / PB-097 (Alagoa Nova)
- Acesso ao Distrito do Melo - Cuité (para BR-104)
- Vicinal: Galante/Ligeiro
- Bananeiras: Acesso Nordeste, com extensão de 2,17 km - Melhoramento da rotatória entre Bananeiras e Solânea - pavimentação da Rua José Miguel, com extensão de 219,0 m

#### BORBOREMA

- PB-210: Taperoá / São José dos Cordeiros
- PB- 196 - Caraúbas / Barra de São Miguel
- PB-148: Livramento/Divisa PB-PE
- Acesso: Entr. PB-214 / Pindurão - Distrito de Congo
- Acesso ao Distrito de Barreiras - Caraúbas (para PB-214)
- PB-264: São Sebastião do Umbuzeiro / Divisa PB.PE (Ipojuca)
- PB-204: Coxixola / Caraúbas

#### SERTÃO PARAIBANO

- PB-337: Lagoa/Bom Sucesso
- PB-387: Uiraúna / Vieirópolis
- PB-378: Manaíra/Divisa PB.PE
- PB-275: São José Espinharas / Entr. BR-110
- PB-317: São Bento/Distrito de Barra de Cima
- PB-366: Aguiar / Entr. PB-348 (Coremas)
- Acesso ao Distrito Gravatá e Águas Belas - Nazarezinho (para BR-230)
- Acesso ao Distrito de Campo Alegre - Vieirópolis (para PB-383)
- Acesso ao Distrito de Bandarra - São João do Rio do Peixe (para PB-391)

# POLÍTICAS PÚBLICAS

## DIMENSÃO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As premissas centrais que determinam a concepção e a implantação de políticas públicas concernem ao planejamento, gestão e fiscalização de ampla abrangência em relação aos aspectos ambientais, desde a conservação de ecossistemas e biodiversidade até aos mais diversos impactos de origem antrópica. Estas premissas se fundam na imprescindibilidade de equacionar os antagonismos observados entre o desenvolvimento e o crescimento econômico e social com a preservação dos recursos naturais não renováveis.

A sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável exigem, portanto, políticas enérgicas dos entes públicos e semipúblicos, enquanto reguladores, produtores, indutores e disseminadores de bens e serviços indivisíveis e imprescindíveis ao bem-estar coletivo, bem como da sociedade civil.

A busca do equilíbrio entre as dinâmicas econômicas e sociais e a preservação ambiental, terão nos próximos quatro anos, uma atenção toda especial do nosso governo.

### GOVERNANÇA INSTITUCIONAL - GESTÃO AMBIENTAL

- Priorizar a regulamentação e estruturação da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, definida no Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC), devendo ser um órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), com a finalidade de analisar, propor, regulamentar e definir a aplicação e a destinação dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, licenciados no âmbito do Estado da Paraíba, composta por membros do setor público e da sociedade civil, coordenada pelo Secretário Adjunto da pasta, que entre outros, indicará as Unidades de Conservação (UC) a serem beneficiadas com os recursos da compensação ambiental, estipular o montante da compensação ambiental a ser destinado a cada UC, e compatibilizar a aplicação dos recursos com as prioridades de gestão das UC instituídas;
- Reestruturar o órgão ambiental competente (SUDEMA), mediante a realização de concurso público e contratação de profissionais qualificados, estabelecendo plano de cargos e carreiras do servidores;
- Reestruturar o Conselho de Proteção Ambiental - COPAM;
- Informatizar toda a gestão, evitando custos desnecessários com o uso de papel, armários e arquivos físicos, além de garantir maior transparência, praticidade e agilidade a população;
- Definir estratégias, mediante políticas públicas de promoção, preservação e recuperação de áreas e ecossistemas degradados com vistas ao desenvolvimento sustentável de regiões, áreas, localidades (urbanas e rurais) estagnadas e em processos de erosão ambiental;
- Avaliar experiências regionalizadas a partir de modelos sustentáveis de desenvolvimento local - urbano e rural - mediante o intensivo aproveitamento de vocações e potencialidades indiferenciadas, no que concerne a uma rigorosa política ambiental;

- Promover a adequação e a regionalização de políticas públicas gerais e específicas adaptadas às especificidades socioeconômicas, culturais, espaciais locais, em consonância com os pressupostos inerentes à preservação ambiental e ao enfrentamento das fontes de poluição humana e produtiva;
- Estimular a inovação e a disseminação de novas tecnologias adaptadas aos sistemas produtivos em escalas regionais e locais, com ênfase na implantação de modelos alternativos centrados no desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente.

### **PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES: MANEJO SUSTENTÁVEL**

- Consolidar o setor econômico de produtos e serviços ambientais, fomentando a inovação e a geração de emprego e renda;
- Apoiar e desenvolver iniciativas que utilizem Unidades de Conservação como alavancas para o ecoturismo;
- Apoiar e desenvolver indicadores que demonstrem os avanços sob a ótica da qualidade socioambiental;
- Implantar uma Política de Mudanças Climáticas, pois existe a lei que cria a Política de Mudanças Climáticas na Paraíba, mas não é regulamentada;
- Incentivar o desenvolvimento do uso de fontes limpas e renováveis de energia, buscando viabilizar a utilização da tributação negativa por meio da redução de encargos;
- Fomentar práticas ambientais inovadoras e empreendedoras nos setores produtivos do Estado;
- Reformar e agilizar o licenciamento ambiental, aprimorando-o de modo a combinar as necessidades de investimento e a preservação ambiental;
- Desenvolver programas de educação e conscientização ambiental no Estado da Paraíba, por meio de palestras, oficinas e seminários;
- Criar um marco regulatório estadual, uma política estadual de energia renovável para a geração distribuída e a centralizada;
- Criar uma lei estadual para incentivar a implementação de usinas de geração de energia renovável em telhados de prédios públicos, escolas, etc;

- Implantar processo de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com sistema de compensação financeira para as comunidades tradicionais que promoverem a preservação;
- Firmar parcerias para investimento na infraestrutura de áreas protegidas, para que se impulse o ecoturismo;
- Implantar ações de preservação e manutenção das áreas públicas (parques, praças, paisagismo, áreas históricas da cidade...), em parceria com empresas privadas e universidades.

### **BIOMAS CAATINGA E MATA ATLÂNTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Implementação de ações de enfrentamento a desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação no Estado da Paraíba;
- Produção de mudas das espécies nativas da Caatinga e Mata Atlântica, utilizando as estruturas dos diversos órgãos e instituições, inseridos nos respectivos biomas, e repovoamento dessas espécies, inclusive na proteção de nascentes e recuperação das matas ciliares, arborização e paisagismo, em parceria com as organizações sociais e prefeituras municipais;
- Incentivo à criação de viveiros florestais com espécies nativas dos biomas Caatinga e Mata Atlântica (institucionais e familiares) e quintais produtivos;
- Adoção e difusão de tecnologias para estoque de forragens no período seco;
- Apoio e criação de incentivos e remuneração por serviços ambientais, voltados à proteção e preservação da Caatinga e Mata Atlântica;
- Recuperação de áreas degradadas em assentamentos nos biomas Caatinga e Mata Atlântica;
- Fortalecimento do turismo como atividade econômica alternativa nos segmentos rural, ecológico, histórico, arqueológico e científico, nos biomas Caatinga e Mata Atlântica;
- Criação de mecanismos de premiação para os municípios que desenvolvam ações de proteção e conservação do meio ambiente;
- Articulação da SEIRHMA e SUDEMA com as prefeituras municipais, com o intuito de promover uma política estadual voltada para a preservação do meio ambiente;

- Estabelecer cooperação com as universidades, com o objetivo de estabelecer uma política de pesquisa científica voltada para a recuperação e preservação das áreas devastadas.

### **PROPOSTAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL:**

- Realização do Zoneamento Econômico Ecológico em todo o Bioma Caatinga e na Mata Atlântica, para estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população;
- Criação, ampliação, consolidação de Sistema Estadual de Alerta Precoce às Secas e Chuvas Intensas;
- Criação e fortalecimento das Unidades de Conservação em cada microrregião da Paraíba inserida nos biomas Caatinga e Mata Atlântica;
- Realização de zoneamento de áreas propícias para a irrigação e mapeamento de áreas passíveis de salinização resultantes de processos de irrigação;
- Definição de cursos das estradas para a construção de corredores ecológicos nos biomas Caatinga e Mata Atlântica, dando passagem aos animais da região;
- Regularização fundiária para as áreas protegidas já criadas nos dois biomas;
- Estímulo ao manejo florestal na caatinga e mata atlântica e difusão de tecnologias para evitar queimadas nas limpezas de áreas agropastoris;
- Apoio à ampliação do estoque de sementes nativas.

### **PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HÍDRICOS, RESÍDUOS SÓLIDOS, SANEAMENTO E IRRIGAÇÃO**

- Efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, através do estímulo às práticas de triagem, não geração, redução, reutilização, coleta seletiva, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, bem como, a organização do mercado de recicláveis, apoiando a organização de associações e cooperativas de catadores, tendo como horizonte uma política de lixo zero;

- Regulamentar e implementar a Logística Reversa na Paraíba, baseando-se na economia circular;
- Apoiar e incentivar a implantação de Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil pela iniciativa privada;
- Revitalização de Bacias Hidrográficas, objetivando recuperar, conservar e preservar as nascentes, corpos e cursos d'água em situação de vulnerabilidade ambiental, por meio de ações permanentes e integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos, de forma a integrar com a política de reposição florestal do estado;
- Restauração da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente (APP), principalmente as matas ciliares, nascentes, topos e encostas de morro;
- Fortalecimento da gestão participativa dos recursos hídricos, dando maior autonomia aos comitês de bacias hidrográficas e capacitando os usuários de água para a prática de usos racionais e sustentados desses recursos;
- Desenvolver ações para a construção de cisternas de placas, barragens subterrâneas, poços e demais formas de armazenamento alternativos de água;
- Incentivo à instalação de consórcios para construção dos aterros sanitários, bem como parcerias com o setor privado, objetivando o fim dos lixões e a recuperação ambiental de suas áreas em toda a Paraíba;
- Desenvolver uma política para o uso de torneiras e descargas com vazão econômica em todos os órgãos públicos da Paraíba;
- Incentivo ao uso de sistemas de irrigação e drenagem mais eficientes, com assistência técnica e ações de extensão universitária;
- Manejo, contenção de áreas salinizáveis e monitoramento do uso dos rejeitos dos dessalinizadores existentes;
- Incentivo à implantação de saneamento básico nos municípios e comunidades, mantendo-os em ritmo constante e progressivo.

# POLÍTICAS PÚBLICAS

## DIMENSÃO DAS POLÍTICAS TRANSVERSAIS

A defesa e garantia dos direitos humanos e civis com respeito e valorização da diversidade será a tônica das Políticas Públicas de nosso governo.

Os direitos humanos são uma das maiores conquistas da civilização. Devemos valorizar a legislação e os avanços no que diz respeito aos direitos humanos e à cidadania e, particularmente, a rejeição da discriminação e o desrespeito à diversidade social, sexual, racial e a falta de atenção e inclusão social das pessoas com deficiência.

No entanto, há muito a se fazer para superar as desigualdades no tratamento das mulheres, dos negros, da comunidade LGBT e das pessoas com deficiência, ainda presentes em nossa sociedade.

O governo Estadual deve catalisar, articular e reforçar tais Políticas Públicas, garantidoras dos direitos humanos e da cidadania e, sobretudo, buscar reduzir a condição de vulnerabilidade das populações em situação de risco, sendo este os objetivos principais desta Dimensão.

### DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO E RESPEITO DA DIVERSIDADE

- Implementar ações afirmativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades no tocante a educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, capacitação, inclusão ao mercado de trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos público, à Justiça e outros;
- Coibir qualquer discriminação por orientação sexual, cor ou identidade de gênero em hospitais, ambulatorios, postos de saúde e todas as demais repartições do Governo do Estado da Paraíba;
- Assegurar às vítimas de discriminação, assistência dos órgãos do Governo para acolhimento, orientação, apoio, encaminhamento e apuração de práticas delitivas.

### IGUALDADE DE GÊNERO COM O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E AMPLIAÇÃO DA SUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA

- Ampliar a participação das mulheres nas esferas de poder, constituindo uma maior presença nos postos-chave da gestão estadual;
- Criar programa auxílio "moradia mulher" destinado às vítimas de violência doméstica até que as mesmas sejam incluídas em programas de Habitação Social.

### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Assegurar aos portadores de deficiência oportunidades de educação em ambientes inclusivos, sempre que suas condições o permitam;
- Apoiar e implementar programas de lazer, esporte e turismo, artísticos e culturais, voltados à pessoa com deficiência.

### FILANTROPIA

- Ampliar e fortalecer as parcerias com instituições filantrópicas de assistência ao idoso;

- Ampliar e fortalecer parcerias com instituições filantrópicas de assistência social.

#### **IGUALDADE RACIAL COM EMPODERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA**

- Apoiar os movimentos e as organizações da sociedade civil de cultura afro-brasileira no estado da Paraíba;
- Assegurar às vítimas de discriminação a assistência do Governo do Estado para acolhimento, orientação apoio, encaminhamento e apuração de práticas delitivas;
- Desenvolver programas que assegurem a igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do Governo do Estado, particularmente na rede pública de ensino, no que se refere ao fomento à produção cultural e a preservação da memória da comunidade negra.

#### **MORADIA DIGNA**

- Ampliar programa de habitação popular e de interesse social para a população de baixa renda;
- Promover melhoria das condições de habitabilidade das áreas vulneráveis (esgoto e tratamento de áreas insalubres);
- Promover a regularização fundiária em áreas informais com desburocratização dos processos;
- Estruturar programas de reforma para habitações em condições precárias destinadas à população de baixa renda;

#### **CAUSA ANIMAL**

- Apoiar as campanhas de adoção de animais;
- Realizar campanhas educativas para o respeito à dignidade animal;
- Apoiar as organizações não governamentais ligadas a causa animal.



# **DIMENSÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA**

Com relação à *Dimensão da Governança Pública*, a estrutura administrativa do Governo do Estado deverá assegurar uma gestão responsável e competente das finanças públicas, dos recursos humanos e dos processos com competência técnica e gerencial para entrega de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Para tanto, torna-se imperativo um redesenho da estrutura administrativa do Governo do Estado que possibilite capacidades em um sistema integrado e articulado de planejamento, gestão, execução, controle, monitoramento e avaliação dos programas e projetos.

A reestruturação do governo deverá introduzir o modelo de gestão por resultados com base em metas e incorporar as mais avançadas tecnologias e metodologias gerenciais.

Em paralelo deve-se valorizar o acompanhamento da gestão estadual pela população e entidades da sociedade civil de modo a assegurar o efetivo controle social.

Imperioso, portanto, a total transparência da gestão e dos atos públicos, disponíveis e acessíveis em tempo real a qualquer consulta da população de nosso estado.

## **REFORMAS ESTRUTURAIS, GERENCIAIS, DE COORDENAÇÃO E INSTITUCIONALIDADES**

- Rever o marco jurídico de organização da Administração Pública Estadual, para fins de atualização contendo definições, diretrizes, regras e a sistematização dos modelos institucionais, instrumentos de parceria e regimes diferenciados de autonomia e flexibilidade de gestão;
- Redesenhar a estrutura das secretarias e a máquina pública Estadual para melhorar a eficiência e eficácia do governo.
- Implantar contratos de gestão com os Secretários Estaduais e Dirigentes de órgãos com metas estabelecidas e regras de monitoramento definidas .
- Implantar de Sistemas de Compliance (Conjunto de práticas que estejam de acordo com as leis e regulamentos vigentes) nas Secretarias e órgãos do Estado;

## **GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS**

- Desenvolver programas visando implantar critérios e sistemas de gestão para ocupação dos cargos comissionados, além de avaliação sistemática e transparente do seu desempenho:
- Reestruturar as carreiras, dentro de uma visão clara do serviço civil do futuro;
- Disseminar a gestão por competências e a capacitação contínua nas Secretarias e Órgão do Governo do Estado voltada aos objetivos organizacionais e atendimento as necessidades da população da Paraíba;
- Estimular incentivos remuneratórios e funcionais vinculados a conquista de metas e ganhos de eficiência;
- Estimular e premiar a inovação visando a melhoria dos serviços e consequente entregas do Governo do Estado da Paraíba.

## **COMPRAS E CONTRATAÇÕES COMO FUNÇÃO ESTRATÉGICA**

- Adotar providências para a implantação de seguro garantia de execução de contrato pelo tomador em favor do Poder Público Estadual, em todos os

contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços cujo valor seja igual ou superior ao limite mínimo previsto no artigo 22, inciso I - (PERFORMANCE BOND);

- Criar estruturas e sistemas de recrutamento, capacitação, profissionalização e incentivo aos servidores responsáveis pelas compras e contratações, na forma de cargos, carreiras, gratificações ou certificação de competências.

## **TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

- Promover a participação direta da população e de entidades da sociedade civil no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos, programas e projetos, por meio das tecnologias de governo digital, com vistas ao controle social sobre objetivos e metas estabelecidas pelos órgão de governo;
- Estruturar consulta periódica à sociedade através da gestão descentralizada sobre as demandas e prioridades das cidades do estado para incorporação nos orçamentos e orientação na implementação das ações do Governo.
- Inovar e ampliar o processo de participação do cidadão por meio digital intensificando o envolvimento da população do estado nas decisões de governo;
- Fortalecer ouvidorias para receber críticas, demandas, denúncias, reclamações e sugestões da população repassando para as áreas de interesse e responsabilidade direta;
- Reestruturar e aperfeiçoar o portal e os mecanismos de transparência do Governo do Estado, tornando-os amigáveis e acessíveis a toda e qualquer consulta demandada pelo cidadão paraibano.

GOVERNADOR **45**  
**PEDRO**  
CUNHA LIMA  
VICE **DOMICIANO**

COLIGAÇÃO CORAGEM PRA MUDAR

PSDB, UNIÃO BRASIL, PDT, PSC, CIDADANIA, PMB, PTB e PROS